

A INFLUÊNCIA DE OLIVEIRA VIANNA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO SOCIAL DO ESTADO NOVO.

Denilson Gomes Barbosa¹

Resumo: Este artigo analisa a influência de Oliveira Vianna na formação da legislação social e trabalhista brasileira. A abordagem será baseada em questões como o ideal antiliberal e o anticomunista, a concepção de massa desorganizada, o papel das elites, a aproximação com a doutrina social da Igreja Católica e a preocupação com a imagem pública de Getúlio Vargas enquanto autor das benesses concedidas aos trabalhadores.

Palavras chave: Oliveira Vianna; Legislação Social; Trabalhadores.

Abstract: This article examines the influence of Oliveira Vianna in the formation of Brazilian social and labor legislation. The approach will be based on issues as ideas against the liberalism and communism, the conception of disorganized workers; the role of elites, the rapprochement with the social doctrine of the Catholic Church and concern for the public image of Getúlio Vargas as author of the benefits granted to workers.

Keywords: Oliveira Vianna; Social Legislation; Workers.

Introdução

Na formação da legislação social e trabalhista brasileira foi marcante a influência de Oliveira Vianna. Reconhecido como o “pai” da Justiça do Trabalho suas idéias repercutiram na construção dos princípios, nos discursos e nas práticas exercidas pelo regime. Analisar seu pensamento significa, analogamente, lançar um olhar sobre uma parcela da ideologia do próprio Estado Novo.

Considerando-o como figura de grande influência na elaboração do projeto social do Estado Novo, o estudo de seu discurso é fundamental para o entendimento da

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF.

ideologia ou da imagem que o Estado pretendia criar diante da sociedade a respeito de suas realizações, uma vez que o autor foi um dos principais mentores no processo de elaboração da Legislação Trabalhista, atuou como consultor do Ministério do Trabalho, e graças a essa posição, influenciou decisivamente na elaboração da nova legislação sindical e trabalhista. Assinale-se, desde logo, que a sua influência não foi apenas técnico-jurídica, abrangendo principalmente o campo dos princípios.²

Dentre a vasta obra de Oliveira Vianna³, utilizaremos a coletânea de ensaios intitulada “Democracia Social e Direito do Trabalho”, publicada em 1951. A escolha desta obra se justifica pelo seu caráter propagandista, pois o texto se preocupa em apresentar argumentos que esclareçam as benesses das ações do Estado tanto para trabalhadores como para a elite. A propaganda auto-elogiadora do regime, como observa o historiador americano John French, não cansou de relatar o “milagre” pelo qual o Brasil tinha “resolvido” o problema da divergência entre as classes. Além de destacar o milagre, a obra aponta as argumentações e as bases de apoio buscadas pelo Estado, como veremos a seguir.

1. A concepção sobre as massas

Em primeiro lugar veremos a concepção sobre os trabalhadores, uma vez que o suposto sucesso da política social estaria diretamente relacionado ao perfil do operariado. Segundo a teoria de Oliveira Vianna, o povo era um grupo desunido, desorganizado e carente de ideologias; os operários não se envolviam em lutas ou conflitos armados, o que permitiu maior aceitabilidade ao projeto estatal. Como as leis teriam sido pacificamente aceitas e, supostamente, teriam resolvido o problema social do país sem derramamento de sangue, constituindo uma espécie de “revolução gloriosa”, o fenômeno aqui ocorrido era considerado uma situação inusitada. Portanto, para explicar essa singularidade brasileira, os propagandistas muitas vezes evocavam o

² RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Francisco José de Oliveira Vianna: o homem e sua obra*. Disponível em www.ensayistas.org/filosofos/brasil/vianna/introd.htm. Acessado em 10-06-2007.

³ Demais obras de Oliveira Vianna: *Populações Meridionais do Brasil* (1920); *Pequenos Estudos de Psicologia Social* (1921); *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República* (1922); *Evolução do Povo Brasileiro* (1923); *O Ocaso do Império* (1925); *O Idealismo na Constituição* (1927); *Problemas de Política Objetiva* (1930); *Raça e Assimilação* (1932); *Formation ethnique du Brésil colonial* (1932); *Problemas do Direito Corporativo* (1938); *As Novas Diretrizes da Política Social* (1939); *Os Grandes Problemas Sociais* (1942); *Instituições Políticas Brasileiras*, 2 vols. (1949); *Introdução à História Social da Economia Pré-Capitalista no Brasil* (1958).

mito brasileiro de um país sem conflitos, que se distinguiu da Europa, pela ausência de luta de classe.⁴ Segundo o próprio Oliveira Vianna:

*Não tivemos, para honra do nosso povo, na execução desta alta política social, que lutar com os obstáculos que os outros povos encontraram. Não tivemos que lutar contra linhas de cor, contra antagonismos de classes, contra ódios de raças. Somos um dos povos mais brandos, mais sensíveis, mais generosos do mundo.*⁵

A pacificidade do operariado brasileiro é destacada por Oliveira Vianna no momento da apresentação da *tese da outorga*⁶ em 1939, onde o autor aponta nitidamente essa realidade em relação à organização operária. As bases da argumentação de Vianna buscavam com isso comprovar a sua tese: fundamentavam-se na idéia de que na primeira metade da década de 1930 os trabalhadores estavam “desagregados e desarticulados” e careciam até da unidade vital que poderia surgir da presença de uma ideologia dominante. Entretanto, os direitos conquistados através das iniciativas governamentais posteriores a 1930 não poderiam ter sido, em hipótese alguma, através de conquistas dos operários porque a classe era fraca e desunida.⁷

A desagregação era justificada devido à origem do proletariado brasileiro. Segundo Octavio Ianni, predominava uma consciência singular no proletariado urbano e industrial. A composição heterogênea e a formação recente, associadas às exigências da política de massas conduzida por outros grupos sociais, favoreceram a criação e a persistência de uma consciência de mobilidade. Isto é, favorecem a formação de um comportamento individual ou grupal voltado principalmente para a conquista e consolidação de posições na escala social. Durante este período e nessas condições, a atividade política coletiva do proletariado esteve muito mais organizada em termos de consciência de massa. Mas os interesses de classe, principalmente os antagonismos com as outras classes e grupos sociais, não se estruturam a não ser parcialmente. E não

⁴ FRENCH, John. *Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1996. p. 81.

⁵ VIANNA, Oliveira. *Democracia Social e Direito do Trabalho: o problema da incorporação do trabalhador no Estado*. São Paulo, Livraria José Olímpio Editora, 1951. p. 56.

⁶ A tese da outorga defendia a mitologia central do regime Vargas. Esta seria a proposição de que a legislação social e trabalhista depois de 1930 era uma iniciativa do Estado, e não uma conquista realizada pelas massas trabalhadoras. O Brasil teria conquistado a legislação social sem necessidade de apelo à violência, por consequência de uma concessão do Estado. E tais opiniões não se limitavam aos agentes pagos do governo; observadores favoráveis a Vargas, nos anos 30 e mais tarde, também concordaram que essas iniciativas tinham sido *outorgadas* sem que houvesse demanda por parte dos operários. Sobre a tese da outorga ver FRENCH, John., op. cit. p. 83.

⁷ Idem. p. 90.

chegam a fundamentar posições e diretrizes políticas autenticamente proletárias características de uma classe.⁸

Outro elemento importante para a compreensão da estrutura política de massas é a composição rural-urbana do proletariado industrial. Aí está um dos fatores da inexperiência política dessa parte do povo brasileiro. Com as migrações internas, no sentido das cidades e dos centros industriais – particularmente intensas a partir de 1945 – aumenta bastante e rapidamente o contingente relativo dos trabalhadores sem qualquer tradição política. O seu horizonte cultural está profundamente marcado pelos valores e padrões do mundo rural. Neste predominam formas patrimoniais ou comunitárias de organização do poder, de liderança e submissão, etc. Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiente, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) está delimitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais. Esse horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório.⁹

Este grupo urbano, embora de tradição rural, como afirma o autor, constituía o alvo da ação tutelar do Estado. Como a criação da legislação social estava ligada à dinâmica da industrialização, a idéia era atender às questões do trabalho na indústria e no comércio, isto é, do trabalho das populações que vivem dentro das capitais e cidades, que constituíam os centros do capitalismo nascente e onde a grande indústria começava a estruturar-se. O mundo rural brasileiro continuaria intacto, fora da ação tutelar do Estado. O governo, naquele momento, ainda não pretendia estender suas “dávivas” aos problemas sociais que o interior enfrentava com sua numerosa população proletária.¹⁰ Para explicar esta tendência, Francisco Weffort argumenta sobre a relativa capacidade de pressão sobre o Estado exercido pelos grupos urbanos, embora haja a inexperiência política entre estes:

A limitação da legislação aos setores urbanos não deve passar despercebida. São os setores que possuem maior capacidade de pressão sobre o Estado e aqueles que, desde antes de 1930, possuíam alguma tradição de luta; são também os setores disponíveis, para a manipulação política, pois apesar de que as regras de jogo eleitoral estivessem suspensas desde 1937 elas foram uma das primeiras conquistas da revolução de 1930 e continuavam a ter uma existência virtual. Por outro lado, a restrição da legislação trabalhista às cidades atende

⁸ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.p. 59-61.

⁹ IANNI, Octavio., op. cit. p. 57.

¹⁰ VIANNA, Oliveira., op. cit. p.16.

*às massas urbanas sem interferir com os interesses dos grandes proprietários de terra.*¹¹

Portanto, se havia a intenção do Estado em implantar a legislação social, isto significa que havia uma determinada pressão exercida pelos grupos urbanos. O que remete ao fato de que estes não eram tão desorganizados assim. Mas, Oliveira Vianna considerava esta massa urbana um grupo que não tinha organização nem partido próprio e sua existência se resumia em viver diluída nos quadros dos partidos políticos, era uma massa anônima e sem características, com uma participação política limitada, dotada apenas do direito de voto e cuja função significava uma pequena e insignificante participação nas decisões políticas do país.¹² Isto justifica, através de sua mentalidade, o discurso que exprime a concepção de “povo” e a base de sustentação da concepção de uma política tutelar organizada pelo Estado, partindo do pressuposto da existência de um grupo social com características muito específicas, e que necessita indubitavelmente de tal proteção.

Voltando a Weffort, ele analisa a passividade das classes populares tomando como referencial a tradição européia de luta de classes, entendida como participação política ativa, aquela que implica uma consciência comum dos interesses de classe e a capacidade de auto-representação política. Partindo deste referencial, o autor conclui que não só os trabalhadores, mas todas as classes sociais brasileiras foram politicamente passivas nos decênios posteriores à revolução de 1930. Foi exatamente esta incapacidade de auto-representação dos grupos dominantes e sua divisão interna que possibilitou a instauração de um regime político centrado no poder pessoal do Presidente.¹³ Resumindo, a fraqueza não teria sido oriunda somente das classes subalternas, mas todos os outros grupos sociais permitiram a brecha para a imposição estatal.

Continuando com as argumentações de Oliveira Vianna, o governo encontrava dificuldades para ilustrar seus deveres de solidariedade e de fraternidade para com as classes trabalhadoras. E um dos principais problemas era o da modificação da mentalidade do próprio operariado. Por mais paradoxal que pareça, mudar a mentalidade do proletariado era uma questão de mais difícil solução do que o da modificação da mentalidade do patronato, no sentido de reconhecimento das novas

¹¹ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978. p. 72-73.

¹² VIANNA, Oliveira. op. cit. p. 67.

¹³ WEFFORT, Francisco., op. cit. p. 71.

formas de relação social. O operário do século XIX apresentava uma mentalidade anti-patronal e sentimento de inferioridade. Para solucionar o impasse, o advento e o florescimento das instituições corporativas ou pré-corporativas, “que colocariam no mesmo pé de igualdade o patrão e o empregado”, estariam produzindo, no operariado, a desintegração de tais sentimentos.¹⁴

Além da presença desses sentimentos, outra característica de caráter pejorativo era o individualismo presente na multidão, na sua expressão cotidiana e inorgânica de “massa”. Para Oliveira Vianna, a multidão que se movia e circulava pelas avenidas, estava preocupada somente com os seus interesses pessoais e particulares. Como esta massa era desprovida de direção organizada e não possuía o seu “quadro dirigente” ou seu quadro de líderes, isto significava a ausência ou incompreensão de qualquer finalidade coletiva a ser realizada.¹⁵

2. O papel das elites

Considerando a desorientação geral das massas e a ausência de grupos dirigentes, os trabalhadores além de amparados pelo Estado deveriam ser conduzidos por um grupo competente o suficiente para atuar na formação da mentalidade do povo brasileiro: este seria o papel das elites. Sob este aspecto, cada grupo deveria ocupar o seu lugar na sociedade, com funções muito bem definidas. Se aos pobres estava destinado o trabalho, às elites cabia a função de classe dirigente. Este seria um grupo capaz de formar opiniões e educar as massas de acordo com o que julgasse mais adequado, pois são “(...) *as minorias esclarecidas que irão transmitir à massa o sistema de idéias que elas julgam melhor à cultura do povo, à formação do seu espírito, à orientação dos seus destinos.*”¹⁶

O papel das elites é um dos aspectos mais interessantes da obra de Oliveira Vianna. Ao delimitar o perfil do trabalhador brasileiro e defender a sua elevação moral, ainda permanecem as diferenças de caráter econômico. Estas, não seriam resolvidas pela obra do Estado, o homem continuaria pobre, porém com uma elevação de caráter moral. Neste projeto, o homem pobre, sem deixar de ser um operário, teoricamente poderia elevar-se ao mesmo plano das classes superiores, exercendo papéis de liderança e influência política. Segundo Oliveira Vianna, este era o grande milagre, “(...) *que*

¹⁴ VIANNA, Oliveira. op. cit. p.34-36.

¹⁵ Idem. p.149.

¹⁶ Idem. p.154.

aboliram as distâncias sociais; que acabaram com as separações de castas impermeáveis (...) e puseram, um ao lado do outro, no mesmo pé de igualdade substancial, o pobre e o rico, o operário e o patrão.”¹⁷

Definido o *locus* do trabalhador e pretendendo estabelecer o das elites, o autor defende que o Brasil jamais precisara de uma classe dirigente quanto naquele momento, e o único grupo capaz de assumir esta função seria a elite. Este, portanto, não constituiria exclusivamente um grupo mundano e elegante, de boas maneiras, boas falas e boas roupas; seria algo mais complexo, com um sentido sociológico e científico, que representasse as outras classes ou pequenas sociedades componentes da Nação. O emprego da palavra elite deveria ser entendido no sentido de “quadros dirigentes” desses diversos “grupos”, ou “classes”, ou “categorias”, componentes de uma sociedade civilizada e industrializada.¹⁸

*Ora, o que Saint-Simon dizia da nação francesa pode-se dizer de qualquer nação, povo, grupo ou classe (profissional ou não). Em qualquer delas, encontramos uma minoria de indivíduos mais capazes (figurem ou não no seu “quadro dirigente”) – e é isto que constitui a elite da classe, ou a elite da Nação, se considerarmos estas elites parciais (de cada classe) em conjunto.*¹⁹

À classe dirigente, caberia o papel de formadora de opinião. Segundo Oliveira Vianna, o objetivo final dos sistemas educativos não seriam propriamente educar as massas, mas preparar as elites para que as eduquem. As elites seriam dotadas de força e altitude de caráter, com uma capacidade superior de ação, cultura e competência técnica, daí a capacidade de influir sobre as massas, orientá-las com segurança, modelá-las à sua imagem. “*O Estado dá instrução à massa; mas, a educação da massa é feita pelas elites, instruídas e educadas pelo Estado. É seguro este asserto: educar as elites é ainda o processo mais expedito, mais eficiente, direi mesmo, mais econômico de educar as massas.*”²⁰

Este modo, além de econômico, é o maior indicativo da idéia de manutenção dos privilégios de classe dentro do regime e, conseqüentemente, da intenção em manipular a massa trabalhadora. Ao exercer o seu papel, a elite adquire a função de educar aos seus moldes, o que logicamente resultaria em um grupo alienado politicamente e dócil diante das opressões sociais. “*Quando a elite não tem sobre as massas este prestígio, esta*

¹⁷ VIANNA, Oliveira. op. cit. p. 44.

¹⁸ Idem., p.148.

¹⁹ Idem., p.150.

²⁰ Idem., p.153.

ascendência, este poder de domínio e de direção, é que não são verdadeiras elites, constituídas de valores autênticos; mas, falsas elites, composta de não-valores.”²¹

O que fica claro aqui, é que a todo momento procura-se criar uma sustentabilidade baseada na fragilidade do operariado e na competência da elite. Como vimos, se ambos eram grupos desarticulados politicamente, eles permitiram a brecha para a emergência do governo centralizador. Mas o discurso, na tentativa de angariar apoio político, articula seu discurso baseado na idéia de proteção ao operário e na sedução das elites com argumentações que destacam seu papel como grupo de liderança. Ou seja, apesar de não estarem diretamente no comando do governo, continuariam representando a classe dirigente. Pelo visto, o discurso governamental preocupava-se em agradar a todas as camadas sociais brasileiras.

Assim, parece que não somente as massas são o objeto das propagandas estatais, mas também as elites. Existe, portanto, um discurso específico para cada um desses grupos e até mesmo para a Igreja Católica. Desta forma, a persuasão também se estende aos mais esclarecidos e poderosos. O discurso de Oliveira Vianna não é simplesmente um programa de rádio, cartaz ou panfleto de fácil compreensão e penetração no mundo dos iletrados. Seu discurso é erudito e seus veículos de comunicação muito mais complexos, tais como palestras, seminários e livros com escrita polida.

Naturalmente, estes textos preocupam-se em definir o lugar de cada um na sociedade. Como o próprio Oliveira Vianna assume, ele se inspira nas corporações medievais e no pensamento da Igreja Católica. Parece que a ideologia medieval da sociedade das três ordens também foi incorporada pelo Estado, porém com os devidos ajustes à modernidade. No contexto da época, período de aceleração industrial do país e conseqüentes mudanças sociais bastante rápidas, momento em que novas classes sociais se consolidavam no poder, momento em que instituições tradicionais precisavam se adaptar à nova realidade, era necessário definir os papéis de quem deveria trabalhar, rezar e governar.

3. Inspiração fascista

Com base na concepção de sociedade descrita acima, obviamente, constitui orientação política do Estado Novo a criação de uma série de medidas reguladoras. Estas medidas, assim como devido ao próprio contexto da época, levaram muitos autores a atribuírem inspiração fascista à política do Estado Novo e à própria CLT,

²¹ VIANNA, Oliveira. op. cit. p. 154.

caracterizando-a como uma mera cópia da legislação trabalhista italiana da época de Mussolini. Não cabe aqui, portanto, nos limites deste trabalho, entrar no debate sobre a influência dos fascismos no Brasil. Faremos apenas algumas pequenas observações a respeito do assunto no intuito de ilustrar a discussão da influência da Carta del Lavoro na elaboração da CLT.

Vários motivos levam a tal especulação, como o Estado Novo possuía características ao mesmo tempo antiliberais e anticomunistas, constituindo um movimento semelhante aos fascismos europeus, negando a liberdade capitalista e combatendo ferrenhamente o socialismo, havia a tendência dos críticos em atribuir inspiração fascista à legislação trabalhista brasileira. Ao mesmo tempo, havia a preocupação do Estado em definir até que ponto existia esta influência. Haja vista a fala do ex-procurador do Estado Novo Arnaldo Sússekind²², onde afirma a não existência de influência fascista na constituição da CLT:

*A CLT brasileira não tem origem na Carta del Lavoro, italiana, como alguns querem afirmar e, aliás, afirmam. A Carta Del Lavoro, de 1927, trata, primeiro, da organização sindical do Estado Corporativo. Lendo-a se pode constatar que, em certa medida, alguns artigos coincidem com a legislação sobre a organização sindical brasileira, a qual, de resto, não foi feita pela comissão da qual participei e que redigiu a CLT. Precisa-se, no entanto, olhar melhor aquele momento. O que houve é que a Constituição Brasileira de 1937 e as leis que se seguiram, definiram uma legislação procurando organizar o estado corporativo brasileiro.*²³

Por outro lado, de acordo com Oliveira Vianna²⁴, existe uma brecha para as influências fascistas, o que deixa a entender que pode ter havido alguma aproximação. Entretanto, o projeto não chega a constituir uma simples cópia.

*Em primeiro lugar, não é verdade que a nossa legislação social seja uma simples e pura cópia de outras legislações. É esta uma acusação mais fácil de articular-se do que de provar-se. Na verdade, quem se der ao trabalho de um estudo comparativo neste sentido, verá que não é tanto assim; que há muitos pontos, embora secundários, que diferenciam a nossa legislação social da legislação social dos outros povos.*²⁵

²² BIAVASCHI, Magda Barros. *Entrevista para tese de doutoramento no Instituto de Economia da Unicamp*. Rio de Janeiro, 2002.

²³ Idem., p.01.

²⁴ VIANNA., Oliveira., op. cit.

²⁵ Idem. p.14.

Havendo influência fascista ou não, o fato é que no tocante aos trabalhadores, a implantação da CLT e o controle das relações de classe por parte do Estado, pretendiam, dentre outros fatores, afastar os operários das “ideologias estranhas”. Oliveira Vianna destaca em sua obra que poucos souberam exprimir mais incisivamente e mais expressivamente o perfil desta nova orientação da política social como o publicista português Augusto Costa, no seu livro sobre os fundamentos do regime corporativo. O trecho da ilustra claramente o ponto de vista do autor, onde o liberalismo e o comunismo seriam o problema maior e o caminho correto a ser seguido seria a orientação da Igreja.

*A igualdade política, inscrita nos códigos da Democracia é um absurdo gerado no cérebro de Rousseau. A igualdade econômica, inscrita nos cânones do Socialismo, é outro absurdo, gerado no cérebro de Marx. Mas a igualdade substancial dos homens é um dogma da Igreja Católica e uma conquista da civilização cristã, donde derivou a igualdade civil.*²⁶

Sob este ponto de vista, os problemas econômicos dos trabalhadores teriam como causa o liberalismo. Oliveira Vianna afirma que no período anterior a 1930 os trabalhadores não constituíam motivo de preocupação para os chefes industriais, exigindo-se a duração do trabalho além do máximo da resistência normal do indivíduo. Como não havia lei regulamentando os salários, estes baixavam até onde a concorrência do mercado permitia. Os patrões julgavam cumprido integralmente os seus deveres para com o trabalhador simplesmente lhe pagando o salário. Nenhum deles se preocupava com as condições de vida dos seus operários e as relações entre patrões e trabalhadores se constituíam, evoluíam e se extinguíam estritamente dentro dos muros de cada fábrica.²⁷

*O velho liberalismo de 91 havia deixado o trabalhador brasileiro entregue a si mesmo, à fraqueza do seu individualismo, ao desamparo da sua condição de isolado e acabou atirando-o, dentro da ilusão de uma liberdade meramente teórica, na indigência e, por fim, na miséria orgânica. É desta situação que o novo regime o está retirando, aos poucos, lentamente, pacientemente, através de uma larga e generosa política de regeneração, reabilitação e redignificação das nossas classes trabalhadoras.*²⁸

²⁶ Apud VIANNA, Oliveira. op. cit. p.31.

²⁷ VIANNA, Oliveira., op. cit. p.22-23.

²⁸ Idem. p.138.

Antes da revolução, o Estado somente procurava impedir o desgaste do homem como uma máquina viva, criando normas que regulassem o tempo da sua utilização, ou o seu salário, deixando aos empresários o pleno arbítrio na regulamentação dos outros aspectos que a utilização de tal máquina demandava. A falta de consideração em relação às condições de vida e trabalho dos operários foi, segundo Vianna, o fator determinante para Estado intervir, forçado pela “dramaticidade dos fatos”, a abandonar a sua atitude de abstenção e imparcialidade diante da exploração pela qual passavam os trabalhadores.²⁹

O liberalismo, portanto, deveria ser abandonado para dar espaço a uma nova conduta do Estado, mas esta conduta deveria ser diferente da proposta comunista, o governo deveria agir e impedir a aproximação operária com o comunismo através da apresentação de um novo plano. O que caracterizava esta nova política social era a preocupação de restaurar no trabalhador a sua “dignidade de pessoa humana”. O problema social não seria resolvido, portanto, pela expropriação dos proprietários, ou da proletarianização dos mesmos e de todas as classes através da eliminação da propriedade privada, da implantação da coletividade da terra, da socialização dos meios de produção e de capitalismo de Estado.³⁰

*Para a nova política social, esse grande problema não encontra a sua solução no nivelamento geral de todos os homens, igualando-os em face dos bens materiais, como faz, ou pretende fazer, o comunismo; mas, sim, na elevação geral – embora mantendo-se as diferenças de fortuna ou a desigualdade econômica – desta vasta massa de proletários, até então reduzidos à condição humana, isto é, à posse desta igualdade substancial (...).*³¹

Na tese de Oliveira Vianna o problema do Brasil era inteiramente diferente do russo. A solução correta deveria ser aquela encontrada com a nova política social acompanhada pelo apoio da Igreja Católica. O argumento anticomunista era dirigido aos católicos destacando o rompimento do comunismo com a Igreja e a sua doutrina. Não havendo conciliação possível entre ambos, seja o comunismo de Stálin, seja mesmo o comunismo brasileiro.³² Diante deste quadro, o autor é bem enfático em relação à sua posição: “[...] honro-me em dizer ter sido, entre os escritores brasileiros, um dos

²⁹ VIANNA, Oliveira. op. cit. p. 22-29.

³⁰ Idem., p.30.

³¹ Idem., p.32.

³² Idem., p.167.

primeiros a formular o seu protesto conta a ideologia comunista e a sua aplicação ao Brasil.”³³

4. Sobre a Igreja Católica

Uma vez conquistado o apoio das massas via garantia dos direitos, e da elite via garantia da posição da classe dirigente, faltava garantir o apoio da Igreja Católica através condenação das “ideologias estranhas”, acima descritas, e a exaltação da proposta de sociedade elaborada pela Igreja Católica. Como a igreja exerce o papel uma instituição que deve permitir a frequência indiscriminada de todos os grupos, a aproximação desta com o Estado seria fundamental na consolidação do projeto de colaboração entre as classes.

Em substituição às “ideologias estranhas”, a nova política social a ser posta em prática prometia o “amparo” ao trabalhador e apresentava a nova conduta geral da sociedade em lugar das ideologias propensas à contaminação do operariado brasileiro. Contra os perigos do famigerado comunismo e do liberalismo, a orientação era o caminho da Igreja Católica. Oliveira Vianna afirma com convicção: *“a verdade está com a Igreja; a sua doutrina está certa. Mesmo que não fosse católico, eu a seguiria. [...] neste desencontro de rumos em que vemos a civilização moderna debater-se, o caminho da doutrina católica social da Igreja é o melhor.*”³⁴

Segundo o autor, na doutrina social da Igreja Católica seria possível encontrar a solução justa, equilibrada, moral, humana e fecunda para os grandes problemas a serem enfrentados. Ela repele os expedientes da violência e da luta, em oposição às perniciosas doutrinas estrangeiras, e propõe em sua substituição, o entendimento e a justiça social. Incorpora o trabalhador na sua empresa como um associado e um colaborador dos patrões – e não o simples fornecedor de uma suposta mercadoria “trabalho” – nivelado ao mesmo plano dos fornecedores de matéria prima.³⁵

A aproximação com a Igreja, além de significar uma legitimação dos atos do governo com base numa atmosfera religiosa, consolidando a imagem protetora e paternalista, significa a formação de uma base sólida na luta contra o comunismo de grande interesse também para a Igreja. O apelo ao sensacionalismo convida a sociedade para uma “guerra santa” contra as doutrinas indesejáveis e procura dar às ações do

³³ VIANNA, Oliveira. op. cit. p. 166.

³⁴ Idem., p.169-170.

³⁵ Idem., p.170.

governo um caráter “santo”. Atitudes tomadas a partir da orientação da Igreja, naquele momento, não poderiam ser despojadas de um caráter verdadeiro, sincero, extremamente comprometido com a questão social no Brasil. O apelo e as intenções eram bastante claros:

Cerremos os nossos ouvidos aos pregadores de ideologias estranhas inspiradas na violência e no espírito de subversão – e sigamos a lição da igreja e sua doutrinação.

Caminhemos acompanhando os passos de Cristo e dos seus sucessores.

Este é o nosso dever de católicos. Este é também o nosso dever de brasileiros – porque o caminho apontado é o único compatível com a dignidade do Brasil.³⁶

As ideologias liberal e comunista significariam maior liberdade para os trabalhadores. A influência da primeira, apesar do descaso apontado pelo Estado, possibilitava aos trabalhadores a oportunidade de organização autônoma. Em relação à segunda, além de permitir a organização do operariado, o conduz a uma luta contra o governo e a própria elite, uma tendência completamente contrária ao que propõe a doutrina social da Igreja. Daí a preocupação em fundamentar o discurso oficial do Estado com a fala da Igreja na intenção de atribuir um caráter idôneo ao projeto social proposto.

Oliveira Vianna mostra sua aproximação com a Igreja Católica e trata dos problemas sociais abordados no Manifesto dos Bispos Brasileiros, especialmente sobre a questão social brasileira e a solução que lhe foi dada pela legislação trabalhista. Assim, destaca a sabedoria do documento e suas palavras sobre a verdadeira política social aconselhável ao Brasil e, conseqüentemente, sobre a necessidade de uma ação intensiva e sistematizada contra a perigosa ideologia comunista, que começava a agitar o país e as massas trabalhadoras. Os argumentos apresentados contra o comunismo, tal como citado acima, são perfeitamente de acordo como o posicionamento da Igreja diante do assunto. Oliveira Vianna cita a importância da encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, na luta contra o comunismo. A partir da encíclica fica evidente a gênese da inspiração para o posicionamento em relação à situação dos pobres e os argumentos anticomunistas do nosso autor. A proposta da encíclica atuaria na solução para a colaboração entre as classes, pois eliminaria a situação descrita abaixo num trecho da *Rerum Novarum*:

³⁶

VIANNA, Oliveira., op. cit. p. 178.

*Os socialistas, (...), instigam nos pobres o ódio contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens de um indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de por termo ao conflito, prejudicaria ao operário se fosse posta em prática. Outrossim, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social.*³⁷

Esta proposta, portanto, foi desenvolvida em vinculação com um clima político marcado pelo combate ao comunismo e pelo louvor a um Estado Forte. A argumentação do autor em relação à situação do trabalhador e o comunismo são fundamentadas na encíclica *Rerum Novarum* e no *Manifesto dos Bispos Brasileiros*. O uso de tais documentos significa uma base para as teorias do governo, uma vez que as idéias são perfeitamente associáveis às pretensões do Estado Novo. Estes argumentos sugerem a idéia de manutenção dos privilégios de classe, pacificação e desmobilização da massa operária e descrença em ideologias, através da valorização de doutrinas religiosas. Neste caso, o conselho do autor é que “não acrediteis também no comunismo brasileiro. O comunismo é um só – e sua organização partidária é também uma só.”³⁸

Por outro lado, as propostas da Igreja Católica enfrentavam dificuldades de aceitação, pois eram profundamente assistencialistas e desmobilizadoras. Não conseguia, entretanto, articular elementos necessários para sensibilizar os trabalhadores. A falta de credibilidade impunha dificuldades, já no início dos anos 40, diante das alterações sofridas pela política nacional e internacional, para as autoridades governamentais darem cobertura e sustentarem um tipo de projeto tal como o proposto pela Igreja. Esta situação impunha ao governo uma reorientação para os rumos do Estado Novo, havendo a necessidade de que um novo projeto fosse implementado.

O governo, neste momento, lançava mão do aprendizado político da década de 30 e passou para uma argumentação cientificista, procurando opor às normas liberais os fatos da realidade empírica em busca de um novo projeto estruturado a partir da

³⁷ Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII. Sobre a condição dos operários. 15 de maio de 1891.

³⁸ VIANNA, Oliveira. op. cit. p.167.

expropriação das idéias contidas no próprio discurso das lideranças das classes trabalhadoras.³⁹

5. *Concessões do chefe*

Todas as ideologias discutidas acima, assim como todas as realizações e conquistas do período, além de serem qualificadas como benéficas para o trabalhador, teriam de ter, necessariamente, sua autoria atribuída ao chefe. Esta tendência está presente tanto nos críticos como no próprio discurso de Oliveira Vianna. Na passagem abaixo, fica clara a posição de Weffort em relação à confiança depositada na pessoa do líder. Ou seja, a propaganda talvez tenha sido eficiente o suficiente para seduzir tanto os operários da época como os intelectuais que trataram do tema posteriormente.

Nas formas espontâneas do populismo, a massa vê na pessoa do líder o projeto do Estado; abandona-se a ele, entrega-se à sua direção e, em grande medida, ao seu arbítrio; o controle direto que exerce sobre o líder não executa racionalmente através da análise política das suas ações concretas. A massa confia no líder e cabe a ele manter esta confiança.⁴⁰

Para reafirmar o papel do chefe, Oliveira Vianna não economizou palavras e elogios na intenção de destacar o papel do líder na criação das leis e no amparo aos trabalhadores. Um papel que se destaca tanto pela iniciativa, como se as medidas tivessem sido tomadas por vontade própria num ato de caridade, como por uma série de qualidades dignas de um verdadeiro líder carismático. Qualidades estas que reforçam o ideal de um líder justo e sábio, e que, logicamente, deveria ser amado pelo povo praticamente como uma obrigação. Caso contrário, este povo seria um povo ingrato.

Ora, este alguém, esta força moderadora foi o chefe do governo revolucionário. Com sua visão realista e pragmática, ele soube colocar a questão social dentro do quadro das nossas realidades. Com o seu claro senso das possibilidades brasileiras, deu ao tremendo problema da reorganização e reabilitação das massas trabalhadoras a solução mais harmoniosa, mais sensata, mais justa, mais consentânea, não só com a nossa estrutura econômica e social, como com a nossa própria índole nacional – com as condições específicas da nossa própria psicologia coletiva. O historiador futuro, ao estudar este período agitado da nossa história, não poderá negar ao Presidente Vargas esta glória, nem esta benemerência: a obra social da Revolução, das mais belas que se tem realizado em nosso povo, é dele; reflete – na sua moderação, no seu bom senso,

³⁹ GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.

30-31.

⁴⁰ Weffort, Francisco., op. cit. p. 41.

*no seu equilíbrio, no seu extraordinário alcance humano – a índole do homem que a presidiu e a inspirou, calma, prudente, imparcial, generosa e justa.*⁴¹

Ao que tudo indica os “historiadores do futuro” não têm seguido as orientações de Oliveira Vianna ao pé da letra. A tendência atual da historiografia é resgatar o papel de luta do trabalhador no contexto da criação da legislação trabalhista. E quanto à atuação de Vargas, a espontaneidade de seus atos também vem sendo alvo de questionamentos. Para Angela de Castro Gomes, em “A invenção do Trabalhismo”, a hipótese é que o sucesso do projeto político estatal do “trabalhismo” se explica pelo fato de o Estado ter se apropriado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora, durante a Primeira República, e de tê-los investido de novo significado em outro contexto discursivo. Assim, o projeto estatal fundou-se nos benefícios da legislação social com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações, porém baseados na experiência de luta dos próprios trabalhadores e não no bom senso do líder.⁴²

Angela de Castro Gomes ilustra como o Estado esperava o retorno seguindo uma linha de raciocínio que compara a relação entre Estado e operários com a que se dá entre familiares, estritamente marcadas pela reciprocidade. Neste caso, na medida em que os bens são concedidos voluntariamente, supõe-se retornos aliviados em relação à retribuição. A contra obrigação fica minimizada em sua dimensão estritamente econômica, já que o fluxo material pode permanecer por longo tempo, e até indefinidamente, em favor de uma só das partes. A doação não cessa por ausência de retorno material e, justamente por isso, ela reforça o lado social da reciprocidade. Quem recebe o que não solicitou e não pode retribuir materialmente fica continuamente obrigado em face de quem dá.⁴³ Neste caso, diante da incapacidade de reciprocidade, o retorno poderia então, materializar-se em forma de adesão política. Vejamos a citação abaixo retirada da fala do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos publicado em “O lingote”, jornal interno da CSN.

Junto às máquinas que trepidam e que produzem, ao lado dos fornos que crepitam noite e dia, não estão outras máquinas – estão homens, homens conscientes, disciplinados, patriotas, amigos e admiradores de Vossa Excelência. E se alguém desejar saber porque essa disciplina, esta consciência, esse patriotismo e sobretudo esse culto à pessoa do Presidente Getúlio Vargas,

⁴¹ VIANNA, Oliveira., op. cit. p.64-65.

⁴² GOMES, Angela Maria de Castro., op. cit. p.24.

⁴³ VIANNA, Oliveira., op. cit. p.181.

*nós diremos que tais sentimentos, tais pendores foram criados por Vossa Excelência; cresceram à luz dessa assistência que Vossa Excelência tem sabido criar para o trabalhador nacional e na certeza de que estão nas mãos do Presidente Vargas não apenas os destinos do Brasil, mas a felicidade sonhada por todos, a felicidade vivida à luz da liberdade e da justiça que constituem bem o sabemos a preocupação permanente de Vossa Excelência.*⁴⁴

Desse modo, segundo Weffort, tal relação expressa a prática da manipulação feita pelo Estado, que por sua vez é uma relação ambígua, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista político. Sob este último aspecto é uma relação de identidade entre indivíduos, entre o líder que “doa” e os indivíduos que compõem a grande massa de assalariados; e é uma relação entre o Estado como instituição e determinadas classes sociais. Do ponto de vista social, a legislação trabalhista aparece como mecanismo regulador das relações entre cidadãos: entre empregadores e assalariados; e como um mecanismo regulador das relações entre as classes sociais.⁴⁵

Toda esta lógica de um Estado benévolo está presente no discurso de Oliveira Vianna, porém com ênfase na antecipação do líder. O seu discurso defende a idéia de que o Estado doava os benefícios antes mesmo de serem solicitados através de um ato soberano, o que significa a expressão da “tese da outorga”. Se neste caso o Estado se antecipou, em contrapartida ele esperava a adesão e o apoio da massa trabalhadora como a conseqüente gratidão materializada em forma de retorno às benesses concedidas. A idéia da relação entre imobilismo dos trabalhadores e dádiva fica explícita na passagem abaixo.

*Em primeiro lugar, antes de entrar na análise das realizações dessa política, desde 1931 até o momento presente, quero ressaltar essa singularidade do seu método de ação, que é o de ser ela uma iniciativa do Estado, uma outorga generosa dos dirigentes políticos – e não uma conquista realizada pelas nossas massas trabalhadoras. Estas não tinham em nosso país, até 1930, nenhuma ideologia dominante, nem também nenhuma solidariedade, nenhuma arregimentação, nenhuma organização que lhes desse força e prestígio bastantes para impor ao Estado uma orientação em seu favor.*⁴⁶

O trecho denuncia o dualismo presente no discurso de Oliveira Vianna na busca da ênfase, por um lado, na desorganização dos trabalhadores, e por outro, no papel ativo do Estado na salvação dos mesmos. Entretanto, além da ênfase nesta falta de

⁴⁴ Apud MOREL, Regina Lúcia M. E MANGABEIRA, Wilma., p. op. cit. p. 105.

⁴⁵ WEFFORT, Francisco., op. cit. p. 74.

⁴⁶ VIANNA, Oliveira., op. cit. p. 65-66.

mobilização por parte dos operários, aponta para o estado destes antes de 1930: *“Julgo-me dispensado de bosquejar este quadro tenebroso, por que todos sabemos a condição do trabalhador, [...] antes que o Estado [...], resolvesse a tomar as massas trabalhadoras sob a sua proteção.”*⁴⁷ Perante este quadro caótico, a salvação somente poderia vir de cima, através das ações tutelares do chefe de Estado, como fica bem claro nestes outros fragmentos.

*Ora, esta é também, a tendência dominante da política social no Brasil, depois da Revolução de 30. Nela, se reflete integralmente a orientação do Chefe da Nação, moderada, prudente, imparcial, generosa, equânime. Orientação, aliás, em perfeita consonância com as idéias e sentimentos do nosso próprio povo.”*⁴⁸

*“Considerando, esta questão, um dos pontos centrais do seu pensamento político, tomou a massa trabalhadora brasileira à sua conta, como parte principal do seu programa de renovação nacional, e a chamou para as regalias e a segurança da vida civilizada. Fê-lo, entretanto – e é isto que nunca será demais acentuar – por um movimento espontâneo da sua vontade, sem pressão nenhuma da vinda dos interesses em oposição, apenas inspirado numa compreensão mais alta, larga e profunda dos grandes problemas nacionais.”*⁴⁹

As falas acima indicam argumentos favoráveis à tese da outorga, entretanto, as primeiras críticas da tese já questionavam o papel do Estado e do líder que se afirmava. John French questiona: *“Por que motivo o Estado tomou essas iniciativas, e no interesse de quem?”* Como consultor jurídico do Ministério do Trabalho entre 1932 e 1940, Oliveira Vianna tentou justificar que as ações do regime ajudaram no desenvolvimento capitalista e que o regime teria resolvido os problemas sociais criados pelo capitalismo sem destruir a ordem brasileira tradicional nem ameaçar a propriedade individual, a empresa privada ou a autoridade do patrão.⁵⁰ Ou seja, os problemas sociais já teriam sido resolvidos, pelo menos no discurso, mas até hoje, todos os aspectos apontados ainda carecem de solução, com exceção destes últimos, que permaneceram garantidos com a implantação da nova ordem social. Estes resultados podem atestar sob interesse de quem foram feitas as mencionadas iniciativas.

Em 1952, o crítico socialista antigetulista Evaristo de Moraes Filho, por longo tempo funcionário do Ministério do Trabalho, denunciou com eloquência a tese da outorga: *“não houve outorga nenhuma, como quem dá esmola a um débil mental. As*

⁴⁷ VIANNA, Oliveira., op. cit. p. 22.

⁴⁸ Idem., p.113.

⁴⁹ Idem., p.115.

⁵⁰ FRENCH, John., op. cit. p. 87.

massas operárias lutaram durante um triênio – e ainda lutam hoje e continuarão a lutar – pelo advento de leis que lhes melhorassem as condições de vida. Houve greves, lutas, sangue, desespero, prisões, morte. Como falar-se em pobres diabos, sem líderes, sem idéias, sem aspirações que receberam tudo que se lhes queria dar como favores espontâneos e unilaterais?”⁵¹

Considerações finais

A historiografia recente procura resgatar o papel dos trabalhadores enquanto agente histórico. Esta é uma medida fundamental para transformar as marcas deixadas pelas ideologias da época da construção do Estado Novo. Não só o século XX, mas principalmente o período colonial e o império deixaram suas marcas negativas sobre aqueles que empregavam sua força de trabalho na produção material. Isto significa que no Brasil, aqueles que viviam do trabalho braçal sempre foram vistos pela classe dirigente como um grupo de incapazes.

A incapacidade, materializada pela falta de organização, liderança, motivação e projetos coletivos, estava impregnada na mente das elites já há muito tempo, não sendo uma novidade para o período republicano. O regime varguista, entretanto, não os via de forma diferente. A ignorância do trabalhador brasileiro era plenamente reconhecida pelo Estado, e o que é pior, assim deveria permanecer. Sob o comando e controle do governo e da elite brasileira, este era o projeto do Estado Novo para os trabalhadores do Brasil, haja vista as palavras de Oliveira Vianna em referência à conduta com o operariado.

Em troca da elevação moral, maior dádiva oferecida pelo Regime, os trabalhadores deveriam submeter-se ao projeto do Estado, ao comando da elite e, como gratidão por todas estas benesses, retribuir ao Chefe com adesão política. Esta era a fórmula da ordem social proposta por Oliveira Vianna e embasado nas teorias da Igreja Católica. Este seria o segredo da paz social, a melhor solução para o pacífico povo brasileiro. Esta fórmula remete obrigatoriamente à questão da manipulação do operariado brasileiro presente no Estado Novo. Se os debates historiográficos discutem, se houve ou não a manipulação, se isto foi uma realidade para o Brasil, por outro lado, penetrando na matriz do pensamento que orientava o Regime, é possível constatar que a idéia de manipulação, pelo que fica claro na obra de Oliveira Vianna, era no mínimo a intenção.

⁵¹ FRENCH, John., op. cit. p. 84.

Referências Bibliográficas

BIAVASCHI, Magda Barros. *Entrevista para tese de doutoramento no Instituto de Economia da Unicamp*. Rio de Janeiro, 2002.

FRENCH, John. *Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

MOREL, Regina Lúcia M. E MANGABEIRA, Wilma. “Velho” e o “novo” sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. In: DADOS: Revista de Ciências Sociais. Vol. 37, nº 1, 1994.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Francisco José de Oliveira Vianna: o homem e sua obra*. Disponível em www.ensayistas.org/filosofos/brasil/vianna/introd.htm. Acessado em 10-06-2007.

VIANNA, Oliveira. *Democracia Social e Direito do Trabalho: o problema da incorporação do trabalhador no Estado*. São Paulo, Livraria José Olímpio Editora, 1951.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.